SUPERVISORES DO CAMPO

LIVRO 3

Livro 3 - Avaliação e Monitoramento

1. Ferramentas e indicadores de avaliação no contexto da Educação do Campo

A avaliação constitui elemento fundamental para a reflexão e transformação da prática escolar, tendo como princípio o aprimoramento da qualidade do ensino (BRASIL, 2018).

A avaliação da aprendizagem na rede estadual é orientada por princípios que valorizam a realidade local, o protagonismo dos estudantes e a diversidade de estratégias pedagógicas, conforme estabelece a Portaria nº 168-R/2020 e suas alterações. Os instrumentos avaliativos incluem projetos interdisciplinares, listas de exercícios, avaliações orais, seminários, portfólios, autoavaliações e registros como o caderno/pasta da realidade, que reúne produções dos estudantes relacionadas aos temas geradores e ao contexto da comunidade. Atividades práticas, como o trabalho na horta escolar, são também utilizadas como forma de avaliação, promovendo a interdisciplinaridade e o vínculo com os saberes do território. Cabe ao professor a escolha dos instrumentos mais adequados, em diálogo com a equipe pedagógica e respeitando a realidade da comunidade escolar, garantindo que a avaliação seja contínua, diagnóstica e formativa. A legislação também prevê atividades diversificadas de recuperação para os estudantes que apresentarem dificuldades, assegurando o direito à aprendizagem e o respeito ao tempo de cada sujeito.

O supervisor escolar conta com o Painel BI (Business Intelligence), na página inicial do Sistema Estadual de Gestão Escolar (Seges), da Sedu que dispõe de um filtro específico para a Educação do Campo, o que possibilita acompanhar, com maior precisão, os resultados de aprendizagem das escolas dessa modalidade. Com base na análise desses dados, o supervisor pode orientar intervenções pedagógicas mais eficazes, respeitando as singularidades do contexto campesino e promovendo práticas educativas que assegurem o direito à aprendizagem dos estudantes do campo. Esse processo de interpretação e uso pedagógico dos dados é fundamental para subsidiar a tomada de decisões na gestão escolar, contribuindo para a melhoria contínua da qualidade da educação nas comunidades campesinas.

Aspectos da avaliação

A avaliação no ensino fundamental, independentemente da modalidade, deve abranger, no mínimo:

1. Avaliação do aproveitamento escolar e da assiduidade do educando;
2. Avaliações externas.

Avaliação do aproveitamento escolar

Natureza pedagógica: A avaliação é um ato pedagógico que possibilita aos estudantes reconhecerem seu progresso e necessidades, ao mesmo tempo em que subsidia os professores na tomada de decisões e na reformulação das práticas pedagógicas (BRASIL, 2018).

Diversidade de métodos e instrumentos: Deve ser coerente com as concepções e finalidades expressas no Plano de Desenvolvimento Institucional da unidade de ensino.

Processo contínuo e integrado: A avaliação cumpre funções diagnósticas, formativas e somativas:

Avaliação inclusiva: Deve considerar as especificidades dos estudantes da Educação Especial e daqueles em situação de itinerância, garantindo acessibilidade e documentação adequada.

Autoavaliação: Incentivada como exercício de reflexão para desenvolvimento da autonomia e senso crítico, com registro específico, porém sem influência na nota final.

Diagnóstica: Identifica o ponto de partida do estudante no início do período letivo, seus conhecimentos prévios, ritmos e contextos, auxiliando o planejamento pedagógico.

Formativa: Acompanha o processo de aprendizagem, permitindo ajustes contínuos nas estratégias pedagógicas.

Somativa: Avalia os resultados finais da aprendizagem, priorizando a continuidade do processo educativo.

Critérios para verificação do aproveitamento

Mínimo de três momentos avaliativos por trimestre, com diferentes instrumentos e estratégias, garantindo avaliação contínua e cumulativa.

Domínio das habilidades essenciais para aprendizagens subsequentes.

Avaliação da aprendizagem e frequência escolar.

Garantia de avaliação especial para estudantes com legislações específicas (gestantes, enfermos, militares).

Recuperação de estudos

Direito assegurado a todos os educandos com baixo rendimento, ocorrendo de forma permanente e concomitante ao ensino.

Recuperação paralela: Ao longo do trimestre.

Modalidades de recuperação:

Recuperação trimestral: Obrigatória nos dois primeiros trimestres quando a recuperação paralela for insuficiente.

Promoção condicionada ao atingimento mínimo de 60 pontos em avaliações e frequência mínima de 75%.

Recuperação final: Após o término do ano letivo, com valor máximo de 100 pontos.

Recuperação deve ser ministrada pelo professor responsável, exceto estudos especiais.

Estudos especiais: Para educandos que não obtiveram êxito após a recuperação final, com comunicação prévia às famílias.

Registro dos resultados

Escala de 0 a 100 pontos, distribuída trimestralmente: 30 pontos para 1º e 2º trimestres e 40 pontos para o 3º trimestre.

Resultados permitem reflexão e reorganização pedagógica.

Nos 1º e 2º anos do ensino fundamental, os registros são por parecer descritivo.

Produções, potencialidades e contribuições dos alunos devem ser consideradas no registro.

Promoção escolar

Requer mínimo de 60 pontos em cada área ou disciplina e frequência mínima de 75%.

Nos 1º e 2º anos, o aluno não pode ser retido, desde que cumpra a frequência mínima.

O Ensino Religioso é componente curricular de matrícula facultativa pelo estudante e não constitui critério para retenção. Aos alunos que não optarem por frequentar essa disciplina, será oferecida a disciplina de atividade pedagógica como alternativa.

Registro dos resultados

Escala de 0 a 100 pontos, distribuída trimestralmente: 30 pontos para 1º e 2º trimestres e 40 pontos para o 3º trimestre.

Resultados permitem reflexão e reorganização pedagógica.

Nos 1º e 2º anos do ensino fundamental, os registros são por parecer descritivo.

Produções, potencialidades e contribuições dos alunos devem ser consideradas no registro.

Processos de Classificação, Reclassificação e Avanço Escolar

Classificação: Posiciona o estudante conforme seu nível de desempenho e escolarização, podendo ocorrer por promoção, transferência ou avaliação específica.

Reclassificação: Avaliação específica para posicionar estudante com retenção ou transferido, com pontuação mínima de 60 pontos.

Avanço Escolar: Possibilita avanço antecipado, mediante desempenho acima de 80% da média curricular, limitado a um avanço por ano letivo, não aplicável para corrigir defasagem idade-série.

Atendimento educacional em Regime Hospitalar

Garantia de atendimento aos estudantes hospitalizados, com flexibilização curricular e metodológica para manutenção do vínculo escolar.

Atendimento iniciado a partir da internação e durante sua duração, com suporte especializado para estudantes da educação especial.

O supervisor(a) deve verificar se o caso atende as especificidades da portaria que regulamenta o atendimento educacional em regime hospitalar.

Aproveitamento e Complementação Curricular

Aproveitamento mediante análise da documentação comprobatória, podendo ser complementado por avaliação de conhecimentos prévios e plano de adequação.

Complementação curricular exigida conforme necessidade, sem negar matrícula, com registro documental dos resultados e cumprimento da carga horária.

Avaliação e organização da Educação de Jovens e Adultos

Na EJA, a organização do ensino por meio de ciclos representa a ideia de que os ciclos proporcionam maior flexibilidade para acomodar as diferenças entre os alunos, tanto em termos de origem social, como de estilo e ritmo de aprendizagem.

A Portaria nº 135-R, de 12 de maio de 2025, publicada pela Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo, estabelece oficialmente a implementação dos ciclos de aprendizagem na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas escolas da rede pública estadual.

A estrutura curricular é dividida em ciclos de aprendizagem. O Ciclo 1 abrange as habilidades e objetos de conhecimento que devem ser desenvolvidos da 1ª à 4ª etapa do 1º Segmento; o Ciclo 2 refere-se aos conteúdos abordados nas 5ª e 6ª etapas do 2º Segmento; e o Ciclo 3 abrange as habilidades trabalhadas nas 7ª e 8ª etapas do 2º Segmento.

Atendimento da EJA no Estado do Espírito Santo

Ensino Fundamental	Ensino Médio
Ciclo 1: 1ª a 4ª etapa	Ciclo 4: 1ª a 3ª etapa
Ciclo 2: 5ª e 6ª etapas	
Ciclo 3: 7ª e 8ª etapas	

Fonte: Site da SEDU

A avaliação nos ciclos de aprendizagem assume caráter diagnóstico, processual e formativo, acompanhando continuamente o desenvolvimento do aluno, com aprovação ou reprovação definida somente ao final de cada ciclo, mediante desempenho mínimo de 60%. Mecanismos de recuperação paralela e final, bem como a exigência de frequência mínima de 75%, asseguram a progressão entre as etapas intermediárias e o acompanhamento rigoroso do processo educacional, contribuindo para a redução da evasão e da repetência.

O Relatório Descritivo Individual do Estudante (RDIE) constitui instrumento essencial para o registro qualitativo das habilidades e conhecimentos adquiridos, orientando a prática pedagógica e a movimentação progressiva dos alunos dentro ou entre escolas. O sistema prevê que o estudante possa avançar desde que atenda aos critérios estabelecidos, reforçando a flexibilidade e o rigor necessários para a garantia da qualidade educacional. Assim, a Portaria nº 135-R/2025 estabelece um modelo inovador e humanizado que prioriza a continuidade, a flexibilidade curricular e o acompanhamento individualizado na EJA estadual.

Essa medida representa uma reorganização da estrutura pedagógica da EJA, com o objetivo de tornar o processo de ensino-aprendizagem mais dinâmico, inclusivo e adaptado às especificidades dos estudantes dessa modalidade, que, em geral, são pessoas com trajetórias escolares interrompidas ou com dificuldades de adaptação ao modelo tradicional de ensino. Os ciclos de aprendizagem buscam valorizar o conhecimento prévio dos alunos, promovendo avanços de forma mais contínua e integrada, em vez de segmentada por séries ou etapas rígidas.

A Educação do Campo e as avaliações externas

As avaliações externas aplicadas às escolas da Educação do Campo seguem os mesmos instrumentos, critérios e procedimentos das demais instituições de ensino, garantindo uniformidade no processo avaliativo. No entanto, é fundamental considerar as especificidades culturais, sociais e pedagógicas do campo para interpretar os resultados de forma contextualizada e adequada à realidade dessas escolas. Essas avaliações buscam assegurar o desenvolvimento das habilidades e competências escolares no tempo adequado, direito garantido pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e reafirmam o dever do Estado de promover uma educação pública, equitativa e de qualidade, respeitando as diferentes origens dos estudantes e garantindo igualdade de oportunidades.

Para monitorar esses direitos, a Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo (Sedu/ES) implementou o Sistema Capixaba de Avaliação da Educação Básica (Sicaeb), que engloba múltiplos instrumentos avaliativos, incluindo o Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo (Paebes) e suas avaliações específicas para alfabetização, como o Paebes Alfa. Além das avaliações somativas, o Sicaeb contempla avaliações formativas, como a Avaliação Diagnóstica e a Avaliação de Monitoramento da Aprendizagem (AMA), aplicadas ao longo do ano letivo em várias etapas do Ensino Fundamental e Médio. Em 2024, também foi realizada a avaliação de fluência em leitura para alunos do 2º ano do Ensino Fundamental, com o objetivo de identificar perfis de leitores e orientar intervenções pedagógicas. Os dados coletados permitem que gestores e professores planejem ações mais eficazes, reforçando o compromisso com o direito à aprendizagem de todos os estudantes capixabas.



Imagem: Avaliações estaduais. Fonte: https://sites.google.com/edu.es.gov.br/avaliacoes-externas-es-2024/in%C3%ADcio

AVALIAÇÕES EXTERNAS

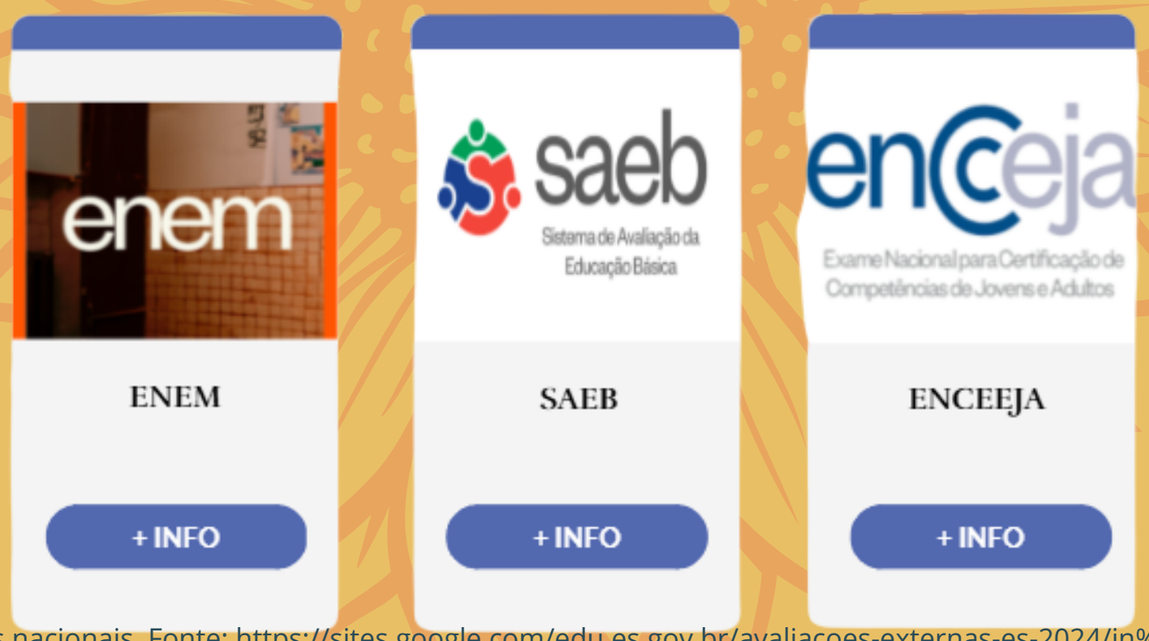


Imagem: Avaliações nacionais. Fonte: https://sites.google.com/edu.es.gov.br/avaliacoes-externas-es-2024/in%C3%ADcio

AVALIAÇÕES ESTADUAIS

Avaliação Diagnóstica



Realizada em fevereiro para identificar habilidades essenciais já desenvolvidas e as que ainda necessitam consolidação.

Subsidiar intervenções pedagógicas, planejamento do Nivelamento e do Programa de Fortalecimento da Aprendizagem (PFA).

Avalia Língua Portuguesa, Matemática, Ciências (Ensino Fundamental), Geografia, História, Biologia, Física e Química (Ensino Médio).

Participam estudantes do 3º ao 9º ano do Ensino Fundamental e todas as séries do Ensino Médio da rede pública estadual do Espírito Santo.

Redes privada, municipal e escolas do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (Mepes) recebem materiais em PDF para uso voluntário.

Avaliação de Monitoramento da Aprendizagem (AMA)



Aplica testes de Língua Portuguesa e Matemática para preparar estudantes para o Saeb e Paebes.

Participam estudantes do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e todas as séries do Ensino Médio Regular da rede pública estadual.

Aplicada em três edições anuais.

Materiais cedidos em PDF para redes privada, municipal e Mepes, com uso voluntário.

Avaliação da Fluência em Leitura



Identifica o nível de fluência (pré-leitor, leitor iniciante, fluente) para orientar ações de alfabetização.

Participam estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental das redes públicas estadual e municipal (por adesão).

Realizada anualmente no segundo trimestre, utilizando aplicativo que grava a leitura de palavras, pseudopalavras e textos.

Áudios são sincronizados e avaliados por equipe especializada.

Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo (Paebes/Paebes Alfa)



Avalia a apropriação e consolidação das habilidades ao final de cada etapa escolar.

Fornece dados para planejamento pedagógico e políticas públicas que promovam equidade e qualidade educacional.

Testes padronizados em Língua Portuguesa e Matemática aplicados anualmente.

Estudantes do 9º ano e da 3ª/4ª série do Ensino Médio são avaliados em História e Geografia nos anos pares, e Ciências da Natureza nos anos ímpares.

Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo (Paebes/Paebes Alfa)



Aplica questionários contextuais a diretores, professores, estudantes e responsáveis para entender práticas pedagógicas, gestão e condições socioeconômicas.

Provas acessíveis para alunos surdos, cegos e com baixa visão conforme dados do Censo Escolar.

Participam estudantes do 2º, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e da 3ª/4ª série do Ensino Médio da rede pública estadual, municipal, Mepes e escolas privadas participantes.

Autoavaliação Socioemocional



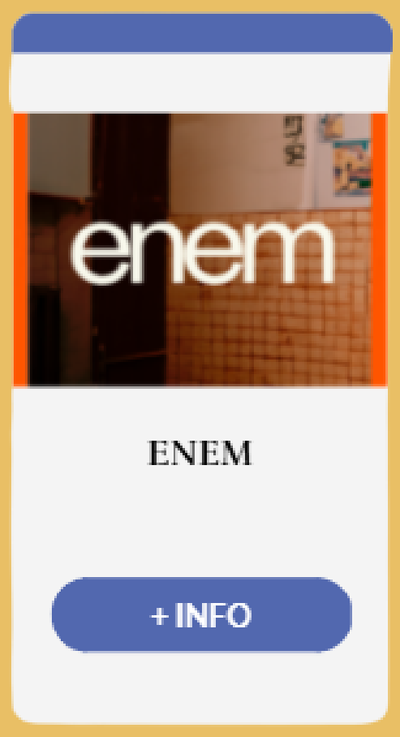
Avalia competências socioemocionais e identifica pilares da Matriz de Saberes que demandam desenvolvimento.

Informações geradas auxiliam professores no planejamento de intervenções e no fomento do Projeto de Vida dos estudantes.

Aplicada nas aulas de Projeto de Vida.

Abrange estudantes do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e todas as séries do Ensino Médio.

AVALIAÇÕES NACIONAIS



Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)

O Enem avalia o desempenho dos estudantes ao término da educação básica e serve como principal mecanismo para ingresso no ensino superior. Suas notas possibilitam acesso ao Sisu, ProUni, Fies e instituições portuguesas. Destina-se a estudantes finalistas ou concluintes do Ensino Médio. Organizado pelo Inep, o exame ocorre anualmente em novembro, com aplicação digital e impressa em dois dias, avaliando áreas como Linguagens e Códigos, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Matemática, além da redação. São aplicadas 180 questões objetivas divididas igualmente entre as quatro áreas do conhecimento.

Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)



O Saeb tem como objetivo avaliar a qualidade, equidade e eficiência da educação no Brasil, gerando indicadores para o aprimoramento de políticas públicas educacionais. Participam alunos do 2º, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e das 3ª e 4ª séries do Ensino Médio de redes públicas e privadas, incluindo áreas urbanas e rurais. Também organizado pelo Inep, é aplicado bienalmente, geralmente em outubro ou novembro. Os resultados são divulgados para escolas que atingem, no mínimo, 80% de participação dos estudantes.

Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja)



O Encceja certifica competências e saberes adquiridos por jovens e adultos que não concluíram o Ensino Fundamental ou Médio na idade adequada. É aplicado pelo Inep em parceria com secretarias estaduais e destina-se a residentes no Brasil e no exterior, com idade mínima de 15 anos para o EF e 18 anos para o EM. O exame ocorre em quatro versões distintas, incluindo modalidades para pessoas privadas de liberdade e para quem está no exterior. Avalia conteúdos diversos, conforme a etapa escolar, e inclui prova de redação e quatro provas objetivas que contemplam áreas como Matemática, Ciências, História, Geografia, Linguagens e suas tecnologias.

2. Monitoramento e acompanhamento pedagógico: estratégias para a supervisão escolar

No contexto da Educação do Campo, o Supervisor Escolar desempenha um papel estratégico e articulador, especialmente no que se refere ao monitoramento e acompanhamento pedagógico das avaliações internas e externas. Sua atuação está diretamente vinculada à garantia do direito à aprendizagem, considerando as especificidades socioculturais e pedagógicas que caracterizam os territórios rurais. As avaliações, sejam elas diagnósticas ou de larga escala, constituem instrumentos fundamentais para identificar lacunas, promover intervenções pedagógicas e orientar o planejamento educacional. Nesse sentido, o Supervisor atua como mediador entre os dados gerados pelas avaliações e a prática educativa efetiva nas escolas auxiliando a equipe gestora e pedagógica nesse processo.

Entre suas atribuições, destaca-se o monitoramento da participação dos estudantes após a aplicação das avaliações externas, destacando a importância da equipe gestora e pedagógica trabalharem na mobilização e preparação dos estudantes para a realização das avaliações. No intuito de garantir que os dados representem de maneira fidedigna a realidade escolar. Assim, cabe ao Supervisor, analisar junto a gestão escolar e coordenação pedagógica, os resultados por modalidade, etapa, ano/série, turma e componente curricular, disseminando essas informações de maneira qualificada junto às equipes escolares.

A realização de reuniões com diretores, coordenadores pedagógicos, professores e pedagogos é uma prática realizada durante a visita técnica do Circuito de Gestão Capixaba que possibilita socializar os dados obtidos, subsidiar as tomadas de decisão e orientar a formulação de propostas pedagógicas coerentes com as demandas locais. A análise crítica dos resultados permite que as escolas incluam, em seus Planos de Ação, estratégias específicas por etapa (Ensino Fundamental e Ensino Médio), área de conhecimento, série, o que favorece um planejamento pedagógico responsivo às necessidades dos estudantes, inclusive da educação do campo.

Além disso, o Supervisor Escolar deve oferecer assessoria contínua às unidades escolares, monitorando o desenvolvimento das ações propostas e garantindo sua efetividade. Tal acompanhamento requer não apenas competência técnica, mas também sensibilidade para compreender os desafios enfrentados pelas comunidades do campo, onde fatores como o acesso, a permanência e a valorização da cultura local impactam diretamente os processos de ensino e aprendizagem. Assim, a função do Supervisor Escolar transcende o aspecto burocrático da gestão, configurando-se como elemento-chave na consolidação de uma educação do campo comprometida com a equidade, a justiça social e a valorização dos saberes populares, conforme preconiza a legislação educacional vigente.

3. Planos de ação para a melhoria contínua das práticas educativas

O Plano de Ação escolar constitui um instrumento fundamental para orientar a atuação da escola, estruturado por meio de mapas de ação específicos para cada etapa e modalidade de ensino. A elaboração desse plano deve partir dos objetivos estratégicos da Secretaria de Estado da Educação (Sedu) e dos indicadores educacionais estabelecidos, de modo que as ações definidas sejam efetivas para superar os desafios identificados e alcançar as metas propostas. A equipe escolar, ao analisar o diagnóstico realizado, os desafios, as metas e as reflexões decorrentes do balanço do ano anterior, estrutura as ações detalhando o desafio a ser superado, os resultados esperados, os responsáveis, os produtos a serem entregues, as tarefas a serem cumpridas e o cronograma para execução e monitoramento. Além disso, a elaboração do Plano de Ação deve incorporar programas e projetos da Sedu, a participação ativa dos estudantes, estratégias de acolhimento e intervenção pedagógica para estudantes da busca ativa escolar, ações voltadas à equidade racial e de gênero, formação continuada para o corpo docente e práticas pedagógicas para a recuperação e redução das desigualdades de aprendizagem.

As Escolas do Campo participam do Circuito de Gestão Capixaba, método de gestão educacional que sistematiza os processos pedagógicos e administrativos escolares que orienta o planejamento, a execução, o monitoramento e a avaliação do Plano de Ação, além de promover a correção de rotas quando necessário.

Tendo como ponto de partida a meta de aprendizagem, o Plano de Ação é elaborado no início do ano letivo com a expectativa de que seja um instrumento realista e transformador, capaz de impulsionar a equidade e a qualidade do ensino. O acompanhamento desse processo é realizado por meio das visitas técnicas feitas pelo supervisor escolar, que desempenha papel essencial no apoio à equipe gestora, estimulando a reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas e fornecendo subsídios para o aprimoramento dos resultados educacionais.

Para garantir o avanço na consecução das metas, o Circuito de Gestão Capixaba utiliza como referência indicadores educacionais como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do Espírito Santo (IDEBES), que agrega dados do desempenho nas avaliações externas (PAEBES) e fluxo escolar, além de outros indicadores estruturantes como frequência, aulas ministradas e notas por componente curricular. Recomenda-se a utilização dos indicadores, fluxo escolar e desempenho nas avaliações diagnósticas e de monitoramento da aprendizagem (AMA) para fundamentar o Plano de Ação. O monitoramento trimestral desses indicadores é imprescindível para que a escola possa avaliar seu progresso e promover ajustes necessários, assegurando que as ações estejam alinhadas com a meta de melhoria contínua das práticas educativas e a promoção do sucesso dos estudantes, especialmente no contexto da Educação do Campo.

Orientação para a elaboração do Plano de Ação

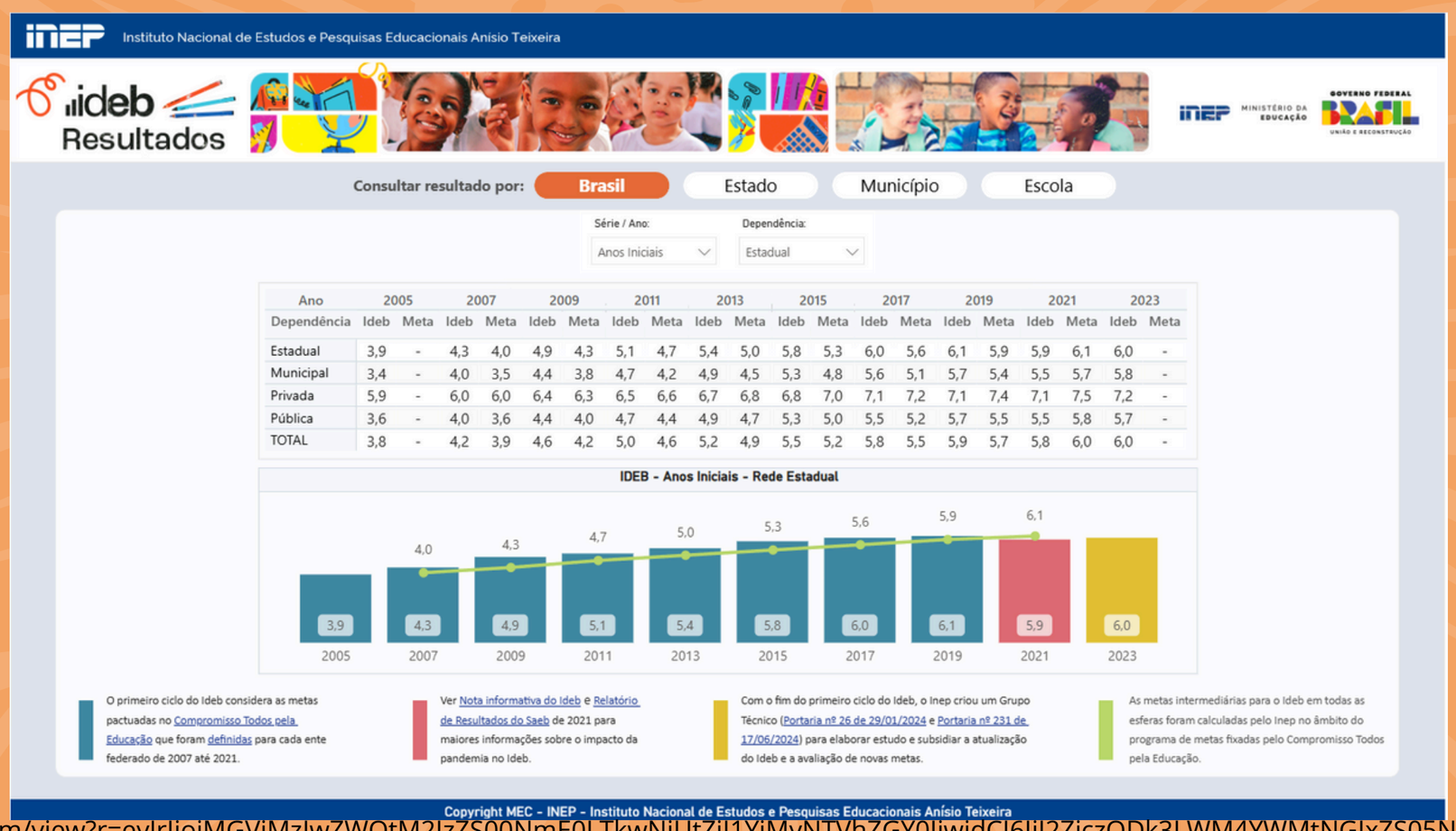
Etapa	Descrição	Instrumentos/Fontes
1. Diagnóstico Escolar	Levantamento e análise de dados sobre a realidade escolar e da regional.	• Dados da Execução do plano anterior • Taxas de aprovação, evasão e distorção idade-série • Resultados da AMA, Paebes, Saeb, etc.
2. Meta Institucional	Definição da meta principal com base na melhoria da proficiência e do fluxo escolar.	Documento orientador da SEDU e metas pactuadas.
3. Objetivo Estratégico Finalístico	Formulação do objetivo estratégico que se deseja alcançar ao final do ciclo. Deve estar vinculado à meta institucional.	Planejamento estratégico da escola e da SRE.
4. Programa/ Projeto Estratégico	Indicação dos programas e projetos que serão utilizados como estratégias para alcançar as metas.	Programas da SEDU, exemplo: *Programa de Educação Para Relações Étnico- Raciais (Proerer) *Programa de Fortalecimento da Aprendizagem - PFA *Sucesso Escolar - PSE *Ação Psicossocial E Orientação Interativa Escolar - APOIE, e outros
5. Ação Planejada (Mapa de Ação)	Descrição detalhada da ação a ser realizada. Cada objetivo deve ter, no mínimo, uma ação associada.	Planejamento pedagógico anual da escola/SRE
6. Componente do IDEBES Impactado	Especificar se a ação impactará a proficiência ou o fluxo escolar.	Relatórios do IDEBES
7. Etapa de Ensino	Indicar o segmento: Ensino Fundamental - Anos Finais ou Ensino Médio.	Organização pedagógica por etapas
8. Alinhamento às Premissas (se Escola de Tempo Integral)	Para escolas de Tempo Integral, verificar alinhamento com: protagonismo, mundo do trabalho, formação, gestão, corresponsabilidade e replicabilidade.	Diretrizes Operacionais do Tempo Integral
9. Produto	Indicar o produto ou serviço a ser entregue pela ação.	Ex: oficinas aplicadas, número de estudantes atendidos, formação realizada etc.
10. Indicadores de Acompanhamento	Métricas que permitirão o monitoramento da ação e a verificação de seu impacto.	Taxas atualizadas, participação, desempenho, frequência etc.
11. Responsáveis	Nome dos responsáveis pela execução, acompanhamento e avaliação da ação.	Gestor Escolar, Coordenação Pedagógica, pedagogos, coordenadores, professores etc.
12. Prazo de Execução	Indicar o período em que a ação será implementada.	Cronograma anual (trimestral, semestral etc.)
13. Avaliação e Monitoramento	Estratégias e frequência de avaliação da ação.	Reuniões de monitoramento, relatórios parciais, autoavaliação institucional

PARA SABER MAIS

DIRETRIZES PEDAGÓGICAS 2025. Disponível em: https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/DIRETRIZES%20PEDAGÓGICAS%202025.pdf

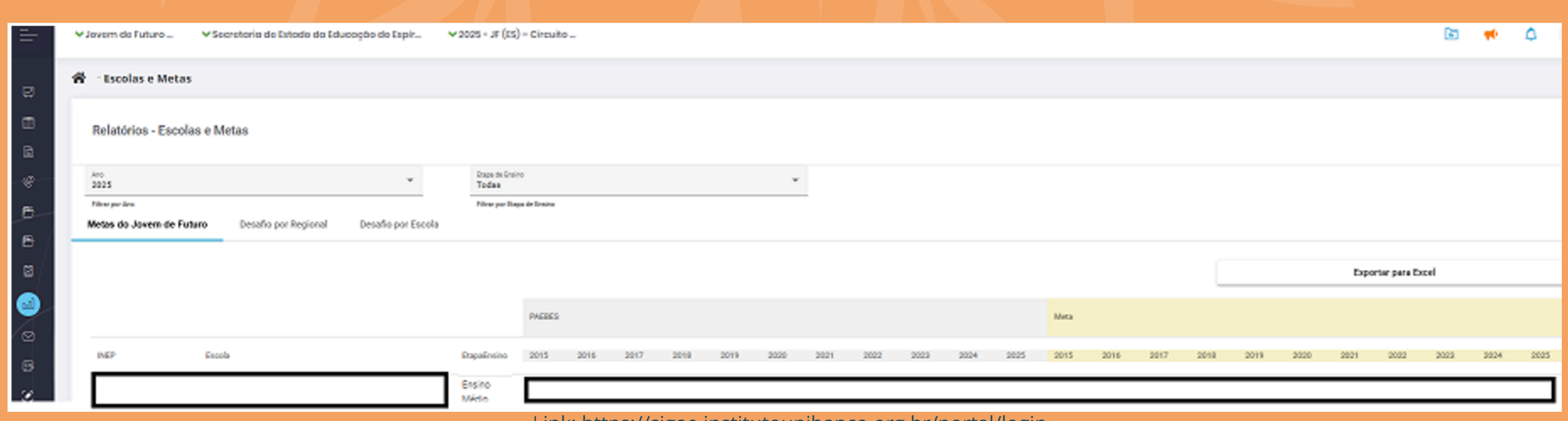
SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (SAEB): https://sedu.es.gov.br/sistema-de-avaliacao-da-educacao-basica-saeb

Conheça o BI do Resultado do IDEB



Link:https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMGVjMzIwZWQtM2IzZS00NmE0LTkwNjUtZjI1YjMyNTVhZGY0IiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9

Para conhecer os resultados do IDEBES (fruto do resultado do PAEBES) e as metas estabelecidas para cada ano consulte o SIGAE no que se refere aos Relatórios-Escolas e Metas.



Link: https://sigae.institutounibanco.org.br/portal/login

Conheça mais sobre a importância do Plano de Estudo como mediação da Pedagogia da Alternância.



Link: https://www.youtube.com/watch?v=CToiHXf8om0

REFERÊNCIAS

Brasil. Ministério da Educação. Caderno da Pedagogia da Alternância. Brasília: MEC, 2010.

Brasil. Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Disponível em: https://sedu.es.gov.br/sistema-de-avaliacao-da-educacao-basica-saeb. Acesso em: 17 jun. 2025.

Espírito Santo. Portaria nº 168-R, de 23 de dezembro de 2020. Estabelece normas e procedimentos complementares referentes à avaliação, recuperação de estudos e ajustamento pedagógico dos estudantes da Rede Estadual de Ensino do Estado do Espírito Santo. Vitória: Secretaria de Estado da Educação – SEDU-ES, 2020. Disponível em: https://sedu.es.gov.br. Acesso em: 17 jun. 2025.

Espírito Santo. Conselho Estadual de Educação. Resolução CEE/ES nº 3.777/2014. Fixa normas para a Educação no Sistema de Ensino do Estado do Espírito Santo, e dá outras providências. Vitória: CEE-ES, 2014. Disponível em: https://cee.es.gov.br. Acesso em: 17 jun. 2025.

Espírito Santo. Secretaria da Educação. Orientações Curriculares: Currículo Capixaba. Vitória: SEDU, 2025. Disponível em: https://curriculo.sedu.es.gov.br/curriculo/orientacoescurriculares/. Acesso em: 17 jun. 2025.

Freire, P. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

INEA. Avaliações Externas ES 2024. Vitória: INEA, 2024. Disponível em: https://sites.google.com/edu.es.gov.br/avaliacoes-externas-es2024/in%C3%ADcio. Acesso em: 17 jun. 2025.

FICHA TÉCNICA

Governador do Estado do Espírito Santo
José Renato Casagrande
Vice- Governador do Estado do Espírito Santo
Ricardo Ferraço
Secretário de Estado da Educação
Vitor Amorim de Angelo
Subsecretária de Estado de Educação Básica e Profissional
Andréa Guzzo Pereira
Subsecretário de Estado de Planejamento e Avaliação
André Melloti Rocha
Subsecretário de Estado de Suporte à Educação
Vinicius José Simões
Subsecretária de Estado de Administração e Finanças
Mirella Carla Mendes Christ
Subsecretária de Estado de Articulação Educacional
Darcila Aparecida da Silva Castro

Centro de Formação dos Profissionais da Educação - CEFOPE
Karina Garcia Alves Zago - Gerente
Karoliny Mendes da Costa – Gerente

Coordenação da Formação - CEFOPE
Regina Maria graça de Farias – Técnica Pedagógica

Concepção Gráfica
Regina Maria graça de Farias – Técnica Pedagógica

Equipe de Tecnologia
Ana Beatriz Lima da Silva – Supervisora de Diagramação
Leonardo Cruz de Andrade – Técnico Pedagógico CEFOPE/GEPRO
Almir Carletti Neto – Assessor de Tecnologia
Gustavo Pereira da Silva Nascimento – Assessor de Tecnologia
Alessandro Bicalho Nascimento – Técnico Pedagógico

Professora Conteudista da Formação
Alexandra Silva Lima de Oliveira

Gerência de Educação Antirracista do Campo, Indígena e Quilombola (Geaciq)
Aline de Freitas Dias – Gerente
Monique Santiago de Carvalho – Subgerente
Revisão
Monique Santiago de Carvalho – Subgerente
Jorcy Foerste Jacob - Técnica pedagógica
Kleidiana Cassia Silva Borges - Técnica pedagógica
Alex Sandro Zorzal Vargas - Técnico pedagógico
Clara Novaes Assunção - Técnica pedagógica